

Conselho Municipal de Saúde Arapongas-Pr

1 Ata da reunião ordinária de nº 132. Aos seis dias do mês de setembro de 2006 (dois mil e seis),foi realizada a reunião
2 ordinária do Conselho Municipal de Saúde, nas dependências do Salão Rainha da Amizade, da Paróquia Nossa Sra.
3 Aparecida, sito a Rua Drongo nº 1195, com início às 19:45 horas. O Secretário Municipal de Saúde e Presidente do
4 Conselho, Dr. José Roberto Vidotto, deu início à reunião pedindo a aprovação ata anterior de nº 131 e , após a
5 reclamação e correções dos Conselheiros, Evandro, Venceslau e Antonio Martins, a ata foi aprovada. A pauta seguinte
6 tratou do Plano Municipal de Assistência Farmacêutica, sendo que a farmacêutica Gislaine, da Unidade de Saúde Jaime
7 de Lima, fazendo uso da palavra disse que é o 1º plano feito em Arapongas, para conhecermos o básico e o que tem
8 para melhoria em nossa cidade. Agradeceu à todos os farmacêuticos e a outros segmentos pela colaboração, ao Bonin,
9 que é Diretor Geral, citou nomes de vários farmacêuticos da U.B.S. e da Vigilância Sanitária.Explicou todos os itens do
10 Plano Municipal e também falou sobre os recursos financeiros e como os medicamentos são repassados ao Município.
11 O farmacêutico Antonio Garcez Novaes Neto, também deu várias explicações sobre o Plano e falou sobre a construção
12 do Jaime de Lima, ampliação do almoxarifado, ficando com o CAF (Central de Abastecimento Farmacêutico) e sobre a
13 informatização; sendo que na UBS do Jardim São Bento, já foi implantado, como um projeto piloto, mas isso será feito
14 em toda a rede, e que 80% (oitenta por cento) dos medicamentos são acima do básico. Também falou em
15 transformação das Farmácias das U.B.S e Mini Hospital, em Farmácias Regionais, onde o paciente terá que ir buscar o
16 medicamento, pois assim ele pegaria seu medicamento num só lugar. Bonim disse que isso iria agradar mais o usuário
17 e com a informatização em rede, o paciente só pegaria o que realmente precisa. Dr. Vidotto disse que precisamos fazer
18 com que nosso cidadão seja bem atendido, pois temos problemas com a distribuição dos medicamentos, precisamos
19 discutir o que vamos resolver sobre o controle, pois a Promotoria também pede e com isso, tudo está extrapolando ,
20 além do que ainda temos os pacientes de fora. Então precisamos ter um projeto que possa atender a população e que
21 nos dê respaldo, pois o Ministério Público está sempre nos cobrando e também estabelecer um controle social que seja
22 realmente bom. Zanata sugeriu que seja feita uma discussão sobre o Plano Farmacêutico, mas o Dr. Vidotto falou que
23 temos um prazo para entregar. Toninho disse que os conselheiros seriam consultados, mas isso não aconteceu. Maria
24 de Lourdes disse que pela primeira vez está sendo apresentado o Plano Municipal de Assistência Farmacêutica e
25 apresentou proposta para serem inseridas e que certas alterações não vão alterar digo, onerar mais o Município, sendo
26 o seguinte: “Considerando a Portaria 176 de 08 de março de 1996 e a portaria 698/06, publicada no Diário Oficial em 03
27 de abril de 2006, do Ministério da Saúde”, que estabelece critérios e requisitos para a qualificação dos Municípios e
28 Estado ao incentivo à assistência Farmacêutica Básica, a plenária deste Conselho Municipal de Saúde, resolve aprovar
29 o Plano de Assistência Farmacêutica Básica, para o Município de Arapongas, com as seguintes indicações: - sejam
30 providenciados a contratação de Profissional Farmacêutico , considerando a Portaria já citada, e outros recursos
31 humanos para a operacionalização e implantação do Plano Municipal de Assistência Farmacêutica Básica;que seja feito
32 um controle do índice de resolatividade dos medicamentos dispensados; que seja garantido ao Conselho Municipal de
33 Saúde, a participação na condução do processo, participando das discussões e acompanhamento da operacionalização
34 das ações e metas prioritárias discriminadas no Plano e que sejam realizadas as alterações, propostas pelos
35 Conselheiros. Zanatta também concorda que não haja alterações no que diz respeito à não centralização em só 04
36 locais, ou 05, incluindo o Jaime de Lima, na distribuição de medicamentos e manter a distribuição também em todos os
37 P.S.F; análise da oferta de medicamentos, do P.S.F., a outros pacientes que não sejam do programa; estabelecer em
38 parceria com o C.M.S., a discussão sobre a lista de medicamentos padronizados, para que seja estabelecida a
39 diferença entre Farmácia Básica e Mínima; incluir o conteúdo das portarias ministeriais; acompanhamento da Comissão
40 de Orçamento e Finanças, do C.M.S, nos processos de licitação e aquisição de medicamentos e redimensionar a área
41 de atuação de competência dos profissionais Farmacêuticos. Dr. Vidotto disse que o Plano apresentado não está muito
42 completo, mas o tempo é pouco e temos que apresentá-lo no prazo. A descentralização não é de todo ruim e com a
43 informatização o trabalho fica mais fácil e o paciente que morar mais longe dos pontos de entrega, poderá pegar o
44 medicamento no P.S.F., como o hipertenso, por exemplo, assim como toda a medicação básica. Venceslau questionou
45 sobre os medicamentos enviados à Colônia Esperança, que é levado e trazido e lhe foi respondido que não pode haver
46 esse tipo de procedimento e sim tomar-se providências à respeito. O Plano Municipal de Assistência Farmacêutica foi
47 aprovado, mas com ressalvas e novas propostas. A seguir o Dr. Vidotto falou sobre um ofício recebido do Ministério
48 Público Estadual, onde é pedido que seja respondido até 05 (cinco) dificuldades que o Conselho entende como entaves
49 ou conflitos para o bom desempenho de suas funções. A Comissão de Avaliação estudou o assunto, elaboraram o
50 documento e a resposta foi enviada, encontrando-se a disposição na Secretaria de Saúde. O Hospital Regional João de
51 Freitas, solicitou um representante do C.M.S, para fazer parte da comissão da Oncopar e o Sr. Basílio foi indicado. A
52 seguir houve informações da Comissão de Avaliação , mas antes, Toninho cobrou o não convite para os Conselheiros ,
53 da inauguração da U.B.S. da Rua Tucanos e Lurdinha disse que sempre cobraremos quando não recebermos convites
54 em tudo o que diz respeito à saúde. Quanto ao relatório da Comissão de Avaliação, da visita realizada na Santa Casa
55 de Misericórdia, o mesmo acha-se transcrito no “em tempo”, da ata anterior, por tratar-se de assunto daquela reunião.
56 Mesmo assim houve vários comentários sobre o assunto, já que o relatório foi apresentado na reunião de hoje, mas
57 tudo está no que já foi transcrito anteriormente. Lurdinha , relatora da Comissão de Avaliação , apresentou outro
58 assunto , que diz respeito ao ato abusivo de um de nossos conselheiros, no mesmo dia 04/08/06, na Santa Casa.
59 Segundo o relatório, o conselheiro foi até o referido Hospital, levando seu irmão para que fosse atendido pelo médico.
60 Ao dar entrada no P.S. este portava o crachá de Conselheiro, dando a entender à pessoa da portaria que teria direito,
61 passando dessa forma, a pessoa que o acompanhava, à frente dos demais que lá se encontravam. Por considerar isso
62 um abuso de poder e não concordando com tal atitude, pois é sabido por todos os Conselheiros que nenhum deve se
63 prevalecer em uso próprio, mas sim em defesa do usuário do sistema. Comunicamos tal atitude ao Presidente do
64 Conselho e demais conselheiros, para fins de instrução formal da conduta citada. “Não colocaram o nome do
65 conselheiro , mas à pedido, foi citado o nome do Antônio Alves da Silva, o Tota, que cometeu esse ato. Toninho disse
66 que na Vila Araponguinha, houve um fato semelhante com o mesmo conselheiro. O Conselheiro Basílio diz ter
67 conhecimento disso, que o Tota é um bom conselheiro, ajuda muitas pessoas, mas tem deveres e direitos a serem
68 observados. A Conselheira Valderléia disse que, se ele está a tanto tempo no conselho, já deveria saber como deve ser

Conselho Municipal de Saúde Arapongas-Pr

69 e não deveria usufruir disso para querer ajudar as pessoas. Zanata disse que ele tenta ser facilitador, mas tem que
70 seguir as regras. A conselheira Irene dos Santos Bertanha, pediu seu desligamento da Comissão de Avaliação, pois não
71 está tendo tempo para participar. Ainda da Comissão de Avaliação, Maria de Lourdes, disse que visitaram várias
72 residências, onde ouviram muitos elogios ao enfermeiro Sebastião, ao Farmacêutico e ao atendimento em geral, sendo
73 que houve reclamações de uma agente do P.S.F. Solicitou também a relação da Bolsa Família, pois está havendo muita
74 reclamação. O Conselheiro Evandro, da Comissão da Vigilância em Saúde, informou que, ele, Zanata, Cezar, Toninho,
75 Serginho, Adriana, entre outros, discutiram o problema do Pronto Socorro da Santa Casa, que está precário e precisa-
76 se fazer uma reunião com o Prefeito, para repasse de alguma verba, para reforma. Zanata disse que nessa reunião,
77 discutiram o relatório da Comissão de Avaliação e o parecer da Vigilância Sanitária. Disse ainda que há uma falta de
78 sintonia com relação ao recurso que a Prefeitura iria dar, pois não sabemos o montante, como foi definido. Resumindo,
79 a comissão resolveu que seja fornecida a licença sanitária, independente da adequação do P.S.; fornecer e estabelecer
80 um cronograma para as obras de adequação; adequar emergencialmente o Centro Cirúrgico antigo para atender
81 emergencial e interditar a área do Raio X, estabelecer a empresa e construir uma nova ala de Raio X. Sobre ocorrências
82 ou denúncias, o Dr. Vidotto disse que é passado para a Comissão de Avaliação, depois de ser analisado pela auditoria,
83 procura-se a pessoa denunciante, pergunta-lhe se aceita, toma-se o depoimento, checa-se o atendimento e só então é
84 dado o parecer, que deverá ser encaminhado ao conselho, para que deu, digo, de também seu parecer. Se for o caso
85 de ser denunciado, um trabalhador na saúde, serão tomadas medidas administrativas, no caso de denúncia sobre
86 conduta médica, o juiz é quem faz a avaliação com testemunhas e dá parecer. Uma cidadã não concordou com o
87 atendimento dado ao seu pai, que veio a óbito, leu a denúncia e deu explicações de como foram feitos os atendimentos,
88 mas é preciso primeiro, ver como foram feitos esses atendimentos, para depois julgar a conduta médica. Ele, como é
89 médico, não pode julgar essas condutas então as envia ao Conselho Regional, mas está encaminhando para a
90 Comissão de Avaliação para avaliar, dar uma resposta, dar um parecer. Zanata solicitou que a Ouvidoria feche
91 semanalmente com a Comissão de Avaliação e lhe passe um relatório. Dr. Vidotto disse que gostaria que não houvesse
92 conselheiro fazendo trabalho individual, pois houve um caso de uma funcionária que foi demitida e ele não sabia e que
93 foi uma medida administrativa e não política. Houve conversas fora de limite, uma situação embaraçosa e que gostaria
94 de ser comunicado, quando fizerem qualquer visita. Zanata disse que na Epidemiologia, não houve nada sobre
95 denúncia política, a funcionária estava causando problemas e foi uma medida administrativa, pois reuniram-se com 05
96 (cinco) funcionários e tiveram outras informações. A comissão de trabalho é que deve analisar essas questões, pois no
97 Centauro está havendo uma arbitrariedade com duas funcionárias e não está havendo nada de administrativo. Maria de
98 Lourdes disse que lhe informaram que é de origem política e já perdemos funcionários do Estado, e citou vários nomes,
99 que já foram embora. Estavam presentes na reunião, duas pessoas convidadas pela conselheira Leonice, que fizeram
100 denúncias sobre perseguição em seus trabalhos e foram relatados os problemas, mas o Dr. Vidotto, disse que tem
101 muita conversa, digo, história por trás dessa conversa e que não íamos ficar ouvindo se já tem um B.O. sobre isso.
102 Leonice disse que conhece a Sra. Sônia há oito anos e a chamou para vir à reunião. Zanata disse que precisa-se fazer
103 uma agenda dentro da Comissão de Avaliação e visitá-los e que eles mostrem toda documentação que tiverem. Maria
104 de Lourdes disse que o C.M.S., ouve, passa o que ouviu, passa para o Secretário de Saúde, sem conclusão pois não
105 tomamos decisões. Disponibilidade Orçamentária do Município de Arapongas, investimentos em saúde. Dr. Vidotto
106 explicou todos os itens, assim como respondeu e esclareceu dúvidas sobre o assunto e que todos os relatórios serão
107 analisados. Falou também que no P.S.F., a parte básica todo mundo oferece, mas quando precisa-se de especialidades
108 é bem mais difícil, pois precisa ir para Curitiba e precisamos otimizar esses serviços. Foram contratados, ortopedia,
109 urologia, infectologia, dermatologia, oftalmologia, etc, que recebem por consulta realizada. Faltam ainda várias
110 especialidades e o Dr. Vidotto pediu a aprovação de R\$ 15,00 (quinze reais) por consulta para cada profissional, em
111 suas respectivas especialidades, para que haja adequação, no que todos concordaram. Zanata ainda sugeriu em que
112 deveria-se persuadir os profissionais para realizarem laqueadura e vasectomia. Após mais alguns comentários, a
113 reunião foi encerrada e eu, Maria Adelaide Oliveira Cireia, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será
114 assinada por mim e pelos demais conselheiros.